ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE

PAREDES DE COURA

ATA N.º 02/2023

(Mandato 2021/25)

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2022

CONTÉM 25 PÁGINAS

ATA N.º 02/2023 (MANDATO DE 2021/2025) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2023, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 23h30

Sumário Páginas

ABERTURA **3**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA **4**

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA **4**

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES **4**

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS **6**

ORDEM DO DIA **10**

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO **10**

DESVINCULAÇÃO DA ANAM **10**

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2022 ..... **12**

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS **19**

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMROMISSOS PLURIANUAIS **20**

SUBSIDIAÇÃO DAS TARIFAS DE ÁGUAS – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO **20**

ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO - 2023 ..... **23**

INTERESSE MUNICIPAL – EMPREENDIMENTO TURÍSTICO – HOTEL RURAL EM AGUALONGA **25**

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAUS ASSUMIDOS **25**

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO **25**

ENCERRAMENTO **25**

ABERTURA

No dia vinte e oito do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Paredes de Coura, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luísa Maria Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia 13 de abril de 2023.----------

Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS), Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Celina Araújo Sousa (CDU-PCP/PEV); José Augusto Viana de Sousa (PPD/PSD.CDS/PP); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Elizabete Dantas Afonso Rodrigues(PS); Tiago Filipe Soares Castro Sousa (PS); Cristiano Fernandes Pinto (PS); José Manuel da Cunha Alves (PCP/PEV); Marta Sofia Lopes Dantas (PS); João Manuel Dias Carvalho (PPD/PSD.CDS/PP); Jorge Santos da Rocha (PS) presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de Castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Américo Carlos Fernandes Pinto (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; David Jorge Pires Saraiva (PS) presidente da junta da freguesia de Rubiães (PS) Sérgio Miguel Barbosa da Costa, (PS) presidente da Junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras. ----------

Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Venâncio Fernandes (PPD/PSD-CDS/PP) e Vítor Manuel Rosas da Silva (PS). -

Registaram-se as faltas dos seguintes membros: ----------

- Natércia das Dores Barbosa da Silva (PPD/PSD.CDS/PP); Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende (UF); ----------
- Laurentino Manuel Pereira Alves, presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; ----------
- Amílcar Duarte da Cunha Ribas (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; ----------
- Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); ----------

que, nos termos legais, procederam à respetiva justificação. ----------

Substituições: ----------

- Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende (UF) foi substituída por José Ernesto Gachineiro Pinto, secretário da UF. ----------
- Amílcar Duarte da Cunha Ribas, presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira foi substituído por António Soares Gonçalves Pereira, secretário da UF.----------
- Laurentino Manuel Pereira Alves, presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares foi substituído por Manuela Brandão, secretária da UF.----------

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

--------- O presidente da Assembleia Municipal (AM), verificando haver *quorum,* declarou aberta a sessão. --------

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA

Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão ordinária realizada em 24-02-2023.----------

Submetida à votação a ata foi aprovada por unanimidade. ----------

Os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita, não participaram na votação: ---------

David Jorge Pires Saraiva (PS) presidente da junta da freguesia de Rubiães (JF); António Soares Gonçalves Pereira, secretário da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Manuela Brandão, secretária da união das freguesias de Cossourado e Linhares. ----------

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES

Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.----------

Perfeita Esteves, na qualidade de representante Assembleia na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), informou que a CPCJ de Paredes de Coura tem realizado o acompanhamento de processo de promoção e proteção, através da intervenção junto das famílias e em articulação com as entidades com competência em matéria de infância e juventude.----------

Ao longo de 2022 foram trabalhados 50 processos de promoção e proteção, tendo sido acompanhadas 50 crianças, no total de 33 famílias. Dos 50 processos no final de 2022 foram arquivados 25 e transitaram para o ano de 2023, 25 processos. ----------

Relativamente às atividades, no âmbito do "Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância", estão previstas atividades de prevenção e sensibilização sobre os direitos e proteção da infância no contexto escolar e comunitário, envolvendo crianças, famílias e comunidade em geral. As atividades foram organizadas pela CPCJ, na sua modalidade alargada, envolvendo os diversos parceiros. ----------

Programa 2023:----------

Laço Azul Iluminado – Largo Visconde de Mozelos; Desafio Laço Azul - Criações pelos grupos das instituições sociais e educativas; Operação STOP Azul - com participação dos alunos do 1º ciclo (4ºano), dinamizada pela GNR SPC e GNR de Paredes de Coura, na Vila - 17 e 18 de abril.; ----------

Teatro-debate "Para lá das Redes..." - alunos do 3º ciclo e secundário - 27 abril; Hora do Conto "De onde vêm os abraços", com a escritora Sandra Lima - alunos do pré-escolar: Sessões de Sensibilização para Pais/Encarregados de Educação - sobre Prevenção de Comportamentos de Risco – dinamizadas pela GNR SPC – 21 e 28 de abril, 21.00h, no auditório da Escola Básica e Secundária; ----------

Sessões de sensibilização "Pais e Filhos: o segredo para ser ouvido" - para Pais e Encarregados de Educação - 2 e 10 de maio, 18.30h, no auditório da Escola Básica e Secundária; ----------

Sessões de Promoção da Saúde e Cidadania - Dinamizadas pelo Centro de Medicina Digital P5 da Universidade do Minho-alunos do 1º, 2º e 3º ciclos e secundário: "Comunicação e gestão de conflitos", "Promoção das competências emocionais", "Bons hábitos de sono";----------

Sessões de sensibilização sobre "saúde oral e alimentação" - dinamizadas pelo Centro de Saúde de Paredes de Coura - alunos do pré-escolar;----------

Sessões de sensibilização sobre segurança infantil e rodoviária dinamizadas pela GNR SPC - junto às creches e jardins de infância para pais/famílias;----------

Exposição sobre o (Des)Amor - promovida pelo Recomeçar + Perto, com trabalhos realizados pelas IPSS do distrito - Escola Básica e Secundária e EPRAMI; ----------

Laço Azul Humano - com a participação dos alunos, nas Escolas - 28 de abril. ----------

Manuel Monteiro - PS: em representação desta Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho, realizada em Vila Nova de Cerveira, no dia 21 do corrente mês informou que: ----------

No período de antes da ordem do dia, foram apresentadas 2 moções sobre o 25 de Abril, uma pelo PCP/PEV e outra pelo PS. Após a sua discussão foi proposta a sua fusão pois ambas evocavam os princípios basilares do 25 de Abril e aquilo que eles representam para a nossa democracia. Como disse foi feita a fusão e votada e aprovada por unanimidade. ----------

Relativamente ao período da ordem do dia, para além da prestação de contas que foram aprovadas por unanimidade, aquilo que de mais significativo e que pode ser pertinente para a informação a esta Assembleia, tem a ver com o plano de promoção do turismo sustentável. Este plano foi entregue a uma empresa da área da especialidade e é, em síntese, o plano de promoção do turismo sustentável. Tem como objetivo central afirmar o Alto Minho como destino de natureza, como destino sustentável em que a promoção digital deste destino seja um foco e um eixo determinante. Para o efeito foram feitos um conjunto de contactos e de inquéritos com agentes económicos. Desde empresas de turismo de natureza, alojamento local, restauração, os municípios e um conjunto de outros agentes, num total de cerca de perto de dois mil contactos. Os seus eixos mais significativos, que são os eixos estruturantes desta promoção, têm a ver com os oceanos e os rios, o vinho verde, a gastronomia, o parque religioso, o sagrado e o património, as romarias e o conjunto de eventos que se realizam no Alto Minho, que são fatores de atratividade para o turismo e serão naturalmente os eixos centrais de promoção do Alto Minho como um destino sustentável, assente na premissa de que é um destino de natureza por excelência. ----------

Ainda aquilo que pode ser também importante, porque é uma preocupação central de todos os eleitos, é a questão da saúde. Foi questionado o sr. Presidente do Conselho Executivo da CIM sobre o facto de a própria CIM, há cerca de dois anos, não ter representante no Conselho de Administração. Foi dada a justificação pelo sr. Presidente do Conselho Executivo de que não faria sentido dar, digamos, um nome para um conselho que estava de alguma forma extinto e só tinha sido prolongado o mandato devido à pandemia e que brevemente será indicado um novo Conselho de Administração para a ULSAM. Nessa altura será indicado o representante da CIM Alto Minho para esse conselho. Também nesta matéria foi dada a informação pelo sr. Presidente do Conselho Executivo de que a verba de que se falou, há tempos aqui de 3,3 milhões para necessidades identificadas de intervenção nos equipamentos, vulgo, centros de saúde e outras estruturas da ULSAM e que se estenderiam até 13,1 milhões e que não tendo cabido todo este bolo de 13,1 milhões num primeiro momento nas candidaturas. Três ponto três milhões estão assegurados num primeiro aviso e num segundo aviso irão ser apresentados e provavelmente financiados um conjunto de intervenções, que não couberam na primeira fase. Portanto, são boas notícias que nos chegam, dada a importância da saúde para nós e para as nossas populações, em particular. ----------

Uma segunda informação tem a ver com a negociação da ITI que significa intervenções territoriais integradas e têm a ver com o reforço de 25% relativamente a 85,2 milhões que estavam negociados e garantidos, que deverão atingir os 128 milhões. Este reforço tem a ver, sobretudo, com o aumento da dotação para o ciclo urbano da água. Como sabem, o ciclo urbano da água envolve todo o conjunto de utilização da água, desde a sua captação às águas residuais. Portanto, são boas notícias que a CIM nos consegue dar e ao dar-nos essas boas notícias, dá-nos também satisfação que o nosso município é também abrangido por este envelope financeiro e pelo conjunto de intervenções que estão programadas para o território da CIM do Alto Minho.----------

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 3 – Interpelações ao presidente da Câmara Municipal. ----------

José Augusto Sousa (PPD-PSD/CDS-PP): Disse: "nomeadamente, que tenho, por motivos profissionais, estado presente em algumas reuniões de câmaras e assembleias municipais que são transmitidas em direto. Cada vez me convenço que mais uma das formas de chegar diretamente à população, é permitir que a população possa ouvir e ver aquilo que cada um de nós vai fazendo e propondo nesta assembleia, no seguimento daquilo que nós pensamos que é a melhor opção para Paredes de Coura e para os courenses. Não consigo entender porque é ainda não aprovamos essa medida. Posso arranjar alguns motivos, alguns que seriam desqualificantes para a maioria desta Assembleia Municipal e desqualificantes, porque eu não acredito que a maioria dos membros da maioria desta Assembleia Municipal tenha qualquer problema em que as suas posições passem diretamente para os concidadãos que neles têm vindo a depositar o seu voto, qualquer um deles. Não acredito, que quem faz o seu trabalho de cabeça erguida, quanto mais diretamente chegar ao seu destino mais orgulhoso fica. E, portanto, esta intervenção que trago aqui, é mais um apelo do ponto de vista político, para que a Assembleia Municipal contra aquilo que deixou no ar na última Assembleia do último mandato e esta é já a última do

segundo aniversário deste mandato seja transmitida em direto. Eu não deixarei de vir cá sempre, transmitir a minha opinião e a opinião do PSD. Mas também faremos, a partir de agora e de forma digital, para que todos os courenses nos possam ouvir, e tenho pena que isto não se faça com o reforço da imagem por transmissão direta da Assembleia Municipal. O Partido Socialista tem, nesta Assembleia, uma esmagadora maioria e está nas suas mãos permitir que os courenses possam ouvir em direto, quando quiserem, aquilo que se passa aqui, sem filtros, sem caciques, sem absolutamente nada que possa moldar as opiniões que aqui são transmitidas. E por isso, deixo mais uma vez este apelo, para que o Partido Socialista encontre o caminho e encontre forma de aprovar aquilo que em muitos concelhos já é uma realidade. ----------

Nós, que nos orgulhamos de ter as melhores condições tecnológicas para servir as pessoas, não percebo esta teimosia de manter a Assembleia Municipal e as reuniões da Câmara Municipal vedadas aos courenses. ----------

Presidente da AM: Julgo que esta intervenção é tanto uma interpelação à Mesa, como uma interpelação à Assembleia Municipal, no seu todo e também ao senhor Presidente da Câmara, que assim poderão intervir.-----

No que diz respeito à Mesa da Assembleia, há uma retificação que deve ser feita. Não é a última sessão da última legislatura, é a segunda reunião desta legislatura em que a Mesa assumiu, perante uma proposta de alteração do regulamento, que, a seu tempo, seria tomada uma decisão. Que a seu tempo, ou seja, quando for devidamente oportuno. E o PSD/CDS não pode reclamar em relação a este aspeto, cujo comportamento em muitas sessões da Assembleia não foi o mais adequado. Se as assembleias tivessem sido transmitidas diretamente, teria sido, certamente, uma situação que nos envergonharia. E digamos que estamos nessa fase de transição e aí quando a Mesa considerar, depois de reunir com os grupos municipais, não será uma posição exclusivamente desta, será uma posição da Mesa suportada pelos grupos municipais. Traremos no seu devido tempo uma proposta para alteração ao regimento, no sentido de transmitirmos as sessões da Assembleia Municipal. Como na vida, tudo precisa de tempo e neste momento não nos sentimos minimamente pressionados para que o façamos já na próxima reunião. Certamente que o faremos, não de imediato, mas no tempo devido. Portanto, esse é o compromisso da Mesa que assumiu na segunda sessão em que foi aprovado o atual regulamento, em que o PSD e o CDS apresentaram uma outra proposta que foi votada, e não foi aprovada. Assim, quando estiverem reunidas as condições, faremos a proposta, ouvidos os grupos municipais, que serão sempre consultados, e será uma proposta da Mesa. ----------

Presidente da Câmara: Também não tenho muito a dizer sobre isto. Concordo e partilho da opinião do Presidente da Câmara de Arcos de Valdevez e do Presidente da Câmara de Monção, que também não concordam com a transmissão, uma vez que estamos numa altura em que as pessoas gostam de política espetáculo e quando há uma câmara de televisão ou sabem que estão a ser escutadas, caímos na demagogia e muitas vezes, no exacerbar de argumentos que passam para além daquilo que é aceitável. Agora nós estamos dispostos a responder a todos os reptos que o PSD nos queira lançar, desde debates, conferências e encontros, menos duelos. De resto, estamos disponíveis tudo para o que nos queiram convidar, porque a democracia

também se faz de confronto, mas se a consolidação e aprofundamento da democracia dependessem da transmissão das sessões da Assembleia Municipal, estava resolvido. O Governo decretava a transmissão de forma igual para todas as assembleias municipais, nós obedecíamos e depois podíamos fazer uma avaliação, se, de facto, é com instrumentos ou ferramentas destas que aprofundamos a democracia. Por isso, é que eu concordo com o Presidente da Câmara de Arcos de Valdevez e com o Presidente da Câmara de Monção com quem partilho opiniões e todos consideramos que as transmissões não trazem grande contributo para o aprofundamento democrático. ----------

Como vocês estão habituados sempre à minha transparência e a ser o mais sincero possível, e se repararmos, a transmissão de imagem das assembleias municipais são sempre reivindicadas por partidos que estão na oposição, porque há determinados partidos que estão na oposição, independentemente destes serem do PS, do PSD ou do CDS ou do outro partido qualquer, porque acham que têm vantagem política ou conseguem captar maior simpatia ou maior aceitação para as suas ideias, simplesmente, porque a Assembleia Municipal está a ser a transmitida e, com isso, podem tirar algum proveito. Vocês já sabem que nós não temos medo do debate, não temos medo da confrontação, mas temos esta opinião. Pode considerar que é uma posição protecionista e conservadora porque quem está no poder procura guardar informação. Nada disso. Não pode pensar que é por isso, nunca nos viu negar a qualquer desafio que queira lançar, só que deve compreender que as ferramentas que hoje utilizam, as redes sociais, trouxeram grande contributo à política. Se me perguntarem, em algumas circunstâncias, sim. Noutras acho que apenas contribuem para o aumento do populismo, mas também pode ter a certeza de que, da minha parte, e estou a dizer isto e sei que nunca vão acreditar, eu acho que é uma salvaguarda. Admito também que poderão ter alguma razão nos vossos argumentos. Agora, podem ter a certeza de que, da nossa parte, não é por nenhum motivo eleitoral ou por qualquer proveito político, mas para salvaguardar a democracia. Agora também admito que as pessoas possam não concordar comigo, e que os vossos argumentos possam ter alguma razoabilidade, também admito isso. Agora a nossa opinião já é conhecida.----------

Celina Sousa – (PCP/PEV): Só deixar a salvaguarda que os representantes do Partido sempre foram apologistas da divulgação das assembleias e continuam a ser. É claro que devem ser ponderados todos os pontos, mas pensamos que é uma forma de chegarmos a todos os courenses e será uma proposta muito positiva em termos democráticos. ----------

José Augusto Sousa (PPD-PSD/CDS-PP): o sr. Presidente acabou de dizer que quaisquer que sejam os argumentos profundamente válidos ou não, que eu possa apresentar à Mesa não alteram a sua posição, mas não vamos discutir isso. ----------

Eu acho curioso quando se atira para os mandatos anteriores alguma da argumentação sobre a posição de um ou outro membro do grupo municipal do PSD e não se põe no mesmo saco aqueles que, nas mesmas circunstâncias respondiam por parte do Partido Socialista. É porque a culpa, como já disse aqui muitas vezes,

nunca era só de uma pessoa. Um teimoso nunca teima com ele próprio. E as posições, de alguma forma exageradas, mas dos dois lados, devem envergonhar da forma como são apresentadas. ----------

Do ponto de vista político, se isto fosse transmitido e se o PSD tivesse esse tipo de posições, quem ficava mal seria o PSD? Não, desculpem, do PSD não, porque não era uma posição do PSD. Portanto, se é um membro do PSD que tem posições extravagantes e que tem posições desrespeitosas, é o PSD que fica mal? Não. É a Assembleia? Agora é claro que, se os outros responderem no mesmo tom ou pior, nesse caso ficam os dois. Mas aí, depois cada um sabe como chega à população. ----------

Também acho estranho é que, quando convém, é o PSD de Monção que não faz, é o PSD dos Arcos que não faz, mas não falam daquelas câmaras que mudaram que antes faziam as transmissões e que se mantêm. Eu acho que é assim. Ou se quer ou não se quer? Isto é uma decisão política. E se não se tem medo e se não se tem receio, se tudo é transparente, por que não avançarmos já. Mas não, pela imagem que estão a dar, o que parece é que têm. Eu nunca quis meter medo a ninguém, quis sempre, na minha posição, defender o interesse de Paredes de Coura. ---- ----------

Armando Araújo - Presidente da freguesia de Mozelos: Eu já ouvi isto várias vezes do membro José Augusto. E desta vez veio com afirmações, que no meu caso me magoaram e que não é uma atitude que lhe fica bem quando diz que, se fossem transmitidas, não havia caciques. Mas de quem, seus ou nossos? Nós não temos caciques. Nós reunimos quando queremos para discutir os assuntos. Nós não somos uma banda, nós somos um grupo organizado. E, portanto, tem que ter respeito pelas pessoas que estão aqui na Assembleia, porque, por exemplo, se isto fosse transmitido, acha que lhe ficava bem dizer que acabavam os caciques e que deixavam de se moldar as pessoas, mas moldar quem, o espaço ou as pessoas? Tem noção do que disse? ----------

E depois, se reparar, nem o sr. presidente da Assembleia nem o sr. presidente da Câmara falaram de atos menos dignos de nenhum elemento do PSD. Foi o senhor que teve a capacidade de perceber que foram vocês. Nenhum deles disse que isto no passado era mau porque um elemento do PSD se portava mal. Não sei se foi por isso que não se recandidatou.----------

Presidente da Câmara: só gostaria que fizessem uma análise sociológica dos concelhos onde existe transmissão das assembleias municipais, através de imagem ou de vídeo e que então, avaliássemos se a democracia nesses concelhos é mais profunda, mais vigorosa e mais consolidada. Gostaria mesmo de ver esse esse estudo, se calhar chegaríamos a conclusões opostas. Mas isto é uma suposição, uma interrogação que eu faço. ---------- -

Presidente da Assembleia: não se iludam as pessoas, é que, atualmente, a transmissão direta das assembleias é circunscrita a determinadas limitações que são protegidas pela proteção de dados. Por isso, quando tomarmos essa decisão, teremos de ter em conta a lei de proteção de dados, o modo como captamos as imagens, como captamos o som, qual é o tempo de permanência desses dados, a sua destruição, etc. Há muito caminho a andar. Quando tomarmos a decisão, vamos ter de pensar em todos os passos para que se possa depois fazer a

transmissão direta e dentro das normas legais. Agora também há uma coisa que deve ser tida em conta: não podemos esperar que a transmissão direta das sessões da Assembleia vá tornar as assembleias mais democráticas e com a participação de um maior número de pessoas. Nesse aspeto, quero relembrar que a descentralização das sessões não significou, de modo imediato, uma maior participação das pessoas nas assembleias municipais. Ou seja, quando se esperava que a descentralização das sessões das assembleias tivesse muito mais pessoas, sobretudo nas respetivas freguesias, isso não se verificou, como também se pode vir a não verificar com a transmissão direta das assembleias. Assim, há aqui toda uma lógica que precisa de ser pensada para tomarmos as decisões adequadas. Portanto, quando estiverem reunidas as condições, a Mesa assumirá sem problemas aquilo a que se comprometeu. E não precisamos que o senhor membro da Assembleia relembre esse compromisso em todas as sessões essa decisão. ----------

ORDEM DO DIA

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. ----------

Presidente da Câmara: A situação financeira do município baseia-se numa gestão rigorosa. Ainda este ano baixamos a dívida em cerca de novecentos e nove mil euros. Agora, é evidente que este valor até foi fácil baixar. Agora, com a dívida estabilizada, continuamos a fazer investimento e obras que, cada vez, exigem esforços financeiros maiores. É uma dívida que não é preocupante, mas exige vigilância. Acho que estamos no bom caminho porque também não é estar a dizer que as dívidas são para ser geridas eternamente, as dívidas são para ser pagas, mas também não podemos ter obsessão pela dívida e perder oportunidades de investimento, porque podemos estar a perder o futuro. Temos de fazer sempre um equilíbrio e acho que estamos a fazer bem esse equilíbrio. ----------

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

DESVINCULAÇÃO DA ANAM

Ponto nº 02 – Apreciação discussão e votação da proposta de cessação de pertença à Associação Nacional de Assembleias Municipais.----------

Foi presente a proposta da Mesa de desvinculação à Associação Nacional de Assembleias Municipais, com o seguinte teor: "Criada em 2016 com o objetivo de valorizar o papel das Assembleias Municipais na organização democrática dos municípios, a AM de Paredes de Coura aprovou a adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais. Volvidos sete anos, e dado o elevado valor da quota € 1 175,00 (mil cento e setenta e cinco euros) anual, e havendo outros meios de reforçar a participação da AM na organização democrática dos municípios, a AM de Paredes de Coura, propõe a desvinculação à referida Associação, com efeitos imediatos.----------

Submeta-se à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal. ----------

O presidente da Assembleia Municipal, ----------

Presidente da Assembleia: Esta questão foi colocada num período em que estava também no ar uma reorganização do mapa autárquico, sobretudo ao nível dos seus órgãos, que a Assembleia poderia ter mais peso e com até alterações no modo da eleição da escolha da vereação. Era um momento em que era necessário convergir alguns esforços para a discussão do papel das assembleias municipais nessa mudança e, reconhecendo também, que há um órgão que é a Associação Nacional de Municípios que continua a representar-nos e tem respondido àquilo que nós temos perguntado e muitas das nossas dúvidas são resolvidas pela Associação Nacional de Municípios. Aliás, do expediente, por exemplo, da sessão de hoje há apenas três referências à Associação Nacional de Municípios. ----------

Assim, a Mesa interpreta e também falamos com a Câmara Municipal nesse sentido, que a representação democrática dos municípios está a ser assumida por inteiro pela Associação Nacional dos Municípios e que o elevado valor da quota não justifica, de modo algum, que esta Assembleia continue a pertencer a esta Associação de Assembleias Municipais e como a adesão foi vinculada numa sessão da Assembleia, a desvinculação também precisa de ser aprovada pelos membros desta Assembleia, portanto, a Mesa da Assembleia propõe a desvinculação da Associação Nacional das Assembleias Municipais.----------

José Augusto Sousa (PPD-PSD/CDS-PP): se me perguntarem o que é que esta associação fez para defender a democraticidade das assembleias municipais, não consigo perceber nenhuma medida que tenha chegado ao meu conhecimento. Que se apresente o argumento de que a quota é de mil cento e setenta e cinco euros anuais para desvinculação de um órgão cujo objetivo é aumentar a democraticidade nas assembleias municipais, acho o valor, face ao orçamento do município, tão insignificante que não pode ser considerado como motivo. ----------

Eu acho que, cada vez mais, e porque falou que quando ela foi constituída se previa a discussão sobre a reforma do sistema eleitoral das autarquias locais, eu acho que isso tem que estar de novo em cima da mesa, porque os sistemas democráticos e a forma como eles se estabelecem e desenvolvem, também mudam com o tempo. E também não pode ser esse motivo para nos desvincularmos dessa associação. Que existem outras associações, que existem outras formas para repensar e para estudar a democraticidade nos órgãos autárquicos e no país e nas CCDR ou naquilo que vier a ser ou não, as regiões administrativas, também é verdade que existem e, não é, também por isso, que nós, saindo que não podemos discutir e defender e apresentar novas soluções alternativas. O nosso voto vai ser favorável, não pelos motivos que se indicam, porque acho que não são motivos, basicamente, mas apenas e porque de facto não temos conhecimento de resultados palpáveis da ação dessa associação. Exclusivamente.----------

Manuel Monteiro (PS): Nós não temos nada a opor aos argumentos do sr. Presidente da Mesa, mas já agora, uma associação constitui-se por uma vontade coletiva, não tenho dúvidas, nós aderimos. O sr. Presidente disse porquê. A eventual revisão do mapa autárquico, particularmente ao nível regional e as formas de eleição da

própria Assembleia podiam ter algum motivo importante para estarmos inseridos numa associação desta natureza. Agora eu não tenho o histórico de como esta associação apareceu, mas sei que foi por vontade de uma pessoa, particularmente por protagonismo de uma pessoa e isso não nos deixa satisfeitos porque, de facto, como disse e nós subscrevemos, eu acho que nenhum membro desta Assembleia se lembrava desse facto, de pertencermos a uma associação de assembleias municipais, porque aquilo que nos trouxe de informação de mais valia, de eventualmente aumento da nossa capacidade de participar nas assembleias foi zero. De facto, pelos argumentos apresentados pela Mesa, nós subscrevemos, mas, como disse, e repito, temos de ter o histórico e do que temos conhecimento é de que não foi a vontade coletiva das assembleias municipais que fez emergir essa associação, mas antes a vontade de um indivíduo, que, naquela onda cavalgou aquele objetivo, que de facto, parece que não ter sido atingido. Se nos vamos desvincular, penso que não temos nada a perder e contribuímos para que esse tipo de associações não vingue e vinguem sim, aquelas que, de facto, se criam para estar ao serviço de um coletivo que neste caso era o que não parece. ----------

Presidente da Assembleia: É muito interessante como os argumentos dão para os dois lados. Nós tivemos a oportunidade de ler a ata, quando a adesão aqui foi votada, e particularmente, o porta-voz do PSD votou a favor, tal como o grupo, mas deixou reservas em relação à adesão e chamou a atenção que deveríamos ter cuidado. Por aquilo que disse agora, foi o contrário, aquando da adesão, e o mesmo argumento dito na altura, serviu agora o seu contrário. Se quiser mandamos-lhe a ata e pode comprovar que na altura votou favoravelmente, como agora votará favoravelmente, mas com a mesma argumentação. E agora também sim, mas estávamos perante um projeto que se enquadrava numa mudança que se avizinhava e que não veio a efetivar-se ao nível dos órgãos autárquicos. Neste momento não vemos nenhuma utilidade em pertencer a esta associação de assembleias municipais. Representa uma quota elevada e também temos de ter em atenção que há aqui determinados interesses, que são perfeitamente servidos pela Associação Nacional de Municípios, porque quando temos dúvidas, consultamos a Associação Nacional de Municípios e temos a respetiva resposta. A Mesa confirma esta proposta de desvinculação desta associação, que tem de ser apreciada e votada pelos membros da Assembleia. ----------

A proposta de cessação de pertença à Associação Nacional de Assembleias Municipais foi aprovada por unanimidade. ----------

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. ----------

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2022

Ponto n.º 03 - Apreciação, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal relativa ao ano de 2022, nos termos da alínea l), nº 2, artº 25, da Lei 75/2013, de 12 de dezembro. ----------

Presidente da Câmara: A análise de prestação de contas do ano de 2021 é um grande desafio, consequência de vários acontecimentos que modificaram o que parecia ser uma governação desafiante, segura e sem

sobressaltos de um concelho que, no final de 2021, vivia um momento de crescimento e de dinamismo. Como sabem, a eclosão da guerra da Ucrânia veio trazer muita incerteza, porém, isso não impediu que assumíssemos sem hesitações o caminho que tínhamos traçado para Paredes de Coura. Mesmo perante as maiores dificuldades nunca perdemos o ímpeto ou o rumo que tínhamos delineado. Trabalhamos com dedicação e muito fazemos, às vezes com o pouco que temos, procuramos aproveitar as oportunidades e não apenas resolver problemas. Sabemos para onde vai o futuro, não procuramos ser modernos, procuramos ser inovadores e assumir riscos, porque não assumir riscos no presente é uma atitude potencialmente perigosa para o futuro de todos nós. No domínio da criação de emprego, pilar de maior importância, o facto é que, mesmo em contexto de imprevisibilidade para muitas empresas, temos tido a destreza de não descurar o trabalho de captação e de apoio ao investimento, trabalho este que tem sido acompanhado com grande investimento na formação, com o nosso parceiro, que é a EPRAMI, a nossa escola profissional e em parceria com esta instituição, começarão brevemente as obras de um novo centro tecnológico especializado financiado na íntegra pelo PRR no valor de um milhão e seiscentos mil euros. Os alunos de Paredes de Coura e dos concelhos vizinhos terão das estruturas mais desenvolvidas do país para aprenderem em contexto que será próximo de uma fábrica e que será determinante para as suas aprendizagens. Importa sublinhar que muito deste trabalho aconteceu durante o turbulento ano de 2022, período a que agora reportamos a nossa prestação de contas. O Relatório, como vocês sabem, é sempre um documento que a apresenta, sintetiza, reflete a atividade da Câmara Municipal, como contém também informação respeitante aos principais indicadores de gestão, nomeadamente e relativamente à situação sócio e financeira do Município. Em termos financeiros e olhando de uma forma geral para os grandes números, o ano de 2022 apresentou uma taxa de execução ao nível da receita de 86,8%, o que indica rigor na elaboração dos documentos, como também o concretizar de muitos projetos. Estes resultados são, de facto, muito positivos e evidenciam, como já vos disse há bocado, contas saudáveis e rigorosas e o reforço na consolidação do equilíbrio financeiro, que foi alcançado nos últimos anos. Para vossa informação, a dívida atual e consolidada é de aproximadamente quatro milhões e oitocentos mil euros, o que representa, como também vos disse, uma diminuição de novecentos e nove mil euros. As despesas efetuadas no ano passado foram de dez milhões seiscentos e oitenta e dois mil setecentos e cinquenta e três euros e noventa e três cêntimos, o que representam um acréscimo de cerca de 5%. Os valores em despesas, no seu total, foram inferiores aos previstos, fruto da racionalização de custos que suportam a persistente política de investimentos da autarquia. As despesas correntes, no geral, apresentam, como seria de esperar, um aumento de 24%, um aumento, como sabem, acentuado em relação ao ano anterior. A diferença ocorreu pelos efeitos, como vocês sabem, da inflação nos preços de bens e serviços e em resultado, também, do contexto de guerra que vivemos na Ucrânia. Importa também referir que a transferências correntes apresentaram um valor superior ao ano de 2021 em cerca de 9%. Esta variação ficou-se a dever aos apoios que demos às instituições de solidariedade social, humanitárias, desportivas e a população em geral, bem como a atribuição pontual a diversas instituições sem fins lucrativos para a realização de investimentos diversos. No ano de 2022, foram muitos os courenses que viveram tempos difíceis. Procurarmos sempre estar perto daqueles que sofrem mais os efeitos indesejáveis deste aumento

súbito de preços, acompanhado, como vocês sabem, de taxas de juros de habitação e nos valores também dos arrendamentos. As famílias e as instituições sociais continuarão a enfrentar num futuro próximo muitas dificuldades e nós procuraremos ter políticas capazes de atenuar os efeitos negativos desta crise que atravessamos. Foram por isso, incontornáveis os projetos no domínio da habitação, que, após complexos processos administrativos e acreditem que são complexos, podem agora avançar graças a um trabalho intenso e convém também dar os parabéns ao arquiteto Vítor Silva, que muito tem trabalhado nesta área e aconteceu muito deste trabalho no ano a que se reportam as contas. A construção da habitação a custos controlados e para arrendamento acessível, no centro da Vila e no lugar da Nogueira, serão fundamentais para darmos resposta à crescente procura de habitação que se tem vindo a verificar no nosso concelho. Aproveitando um conjunto de apoios administrativos e benefícios fiscais governamentais a implementação destes projetos de habitação tem como objetivo colocar no mercado habitações com preços de venda claramente mais baixos que a oferta privada convencional e, desta forma, também possibilitar e incentivar a compra de habitação própria ou permanente, bem como alargar o mercado de arrendamento, que são os dois projetos, o projeto aqui perto do túnel que será de custos controlados, aliás, as obras vão arrancar agora e depois temos o projeto na Nogueira de 55 frações, que será financiado a 100% pelo PRR, e que nós, na Câmara Municipal, todos estamos a trabalhar nisso. Ainda na última reunião de Câmara Municipal abordámos esse assunto porque queremos, de facto, que estes projetos avancem porque a necessidade de habitação em Coura, como vocês sabem, é uma dificuldade e uma necessidade. As pessoas são o pilar forte de qualquer estratégia de desenvolvimento sustentado, suportado na criação de emprego e também na habitação. Temos de criar emprego, mas temos de criar habitação para evitar que estejamos a criar emprego para pessoas de outros concelhos. Nós gostaríamos de fixar mais gente em Paredes de Coura nos próximos tempos. Trabalharemos de perto com o IHRU para garantir a todos os courenses uma oferta habitacional adequada aos seus rendimentos, no sentido de aumentar a coesão social e a qualidade de vida, bem como estaremos ao lado daqueles que precisam de obras urgentes na habitação. Aqui as dificuldades são maiores. Já contratámos obras de uma empresa porque imaginem uma pessoa que tem muitas dificuldades, e que muitas vezes não tem meios, pedem 3 orçamentos e, como também devem compreender, os empreiteiros preferem obras maiores do que fazer pequenas reparações em casas e muitas vezes essas pessoas, como também não são pessoas de grandes posses, não têm facilidade de obter esses orçamentos, porque de facto, há um trabalho individual que pode ser acompanhado pela Câmara, mas o financiamento dessas obras tem que ser dados pelas instituições bancárias diretamente às pessoas. A Câmara Municipal de Paredes de Coura pode hoje também ter orgulho do trabalho que tem para mostrar, fruto de uma dinâmica económica dos nossos dos nossos empresários, também da sociedade civil, mas também da nossa aposta na captação de investimento, na cultura, na educação. Continuamos a ser um território que cresce e cria emprego, uma terra de indústria, uma terra de gente empreendedora que se afirma no seu contexto nacional, pela ousadia e pela inovação dos seus projetos. A prestação de contas de 2022 é novamente marcada, como já referimos, pelo reforço das condições de acolhimento de novas empresas através da melhoria da ligação à A3 e da requalificação do parque empresarial de Formariz, da criação também de condições que favoreçam a

implantação de empresas de base tecnológica e, já estamos a trabalhar aí, e que também possibilitem a criação de emprego qualificado, bem como melhorar a rede viária das freguesias, que é também é uma forma de garantir que as deslocações das pessoas e para as zonas industriais se faça em segurança e conforto. O presente relatório de prestação de contas mostra também que apostamos muito na formação escolar das nossas crianças e dos nossos jovens, da forma como entendemos que tem de ser inclusiva, tem que ser também popular, contemporânea, tradicional, mas também cosmopolita. Investimos no ano de 2022 na educação, cerca de um milhão duzentos e setenta e nove mil quatrocentos e noventa e oito euros e dezanove cêntimos. O apoio às famílias foi também uma preocupação com subsídios de natalidade, apoios escolares e apoios à ajuda da manutenção do rendimento através da subsidiação das tarifas de água e de resíduos sólidos. De forma corajosa, fomos capazes de vencer dificuldades e, acreditem, num ano verdadeiramente difícil. Soubemos às vezes fazer das fraquezas forças, tivemos de reinventar processos através de uma gestão ainda mais rigorosa dos recursos, bem como também temos que reconhecer a colaboração notável de todos os trabalhadores do município, que muitos vezes são incansáveis no seu espírito de missão. Há muitos ensinamentos que decerto poderemos retirar do ano de 2022 e que a gestão rigorosa das contas municipais ó o que de mais avisado se pode fazer, porque uma Câmara Municipal e já o disse isso muitas vezes, sem capacidade financeira, será sempre incapaz de determinar aquilo que quer e de determinar o seu destino. Foram os anos anteriores de boa gestão que permitiram agora escolher o caminho e enfrentar as adversidades com mais harmonia e calma. Será sempre um equilíbrio nas contas e o desequilíbrio, muitas vezes, na vontade de trabalhar e na ousadia de pensar que determinarão o desenvolvimento de Paredes de Coura. Nos tempos que correm, arriscar, ser corajoso, ser ousado é o que de mais sensato se pode fazer, porque, como vocês sabem, até nas vossas vidas não há um verdadeiro desenvolvimento sem decisões corajosas. Estamos sempre dispostos a lutar e a correr riscos sempre pelo bem comum de todos os courenses.----------

José Augusto Sousa PPD/PSD-CDS/PP: o grupo municipal do PPD/PSD-CDS/PP, com as necessárias adaptações, concorda em pleno com a declaração de voto do seu vereador, Venâncio Fernandes, apresentada na Câmara Municipal. Mas não queria, antes de mais e de forma sucinta fazer um ponto de equilíbrio e de balanço sobre a atuação da Câmara Municipal. A Câmara Municipal de Paredes de Coura tem há longos anos três pontos muito fortes que, obviamente, são de quem governa, mas também de quem está na oposição, por que votou favoravelmente sempre essas medidas, desde logo no apoio à educação. Não tenho nenhum tipo de problema em reconhecer que a Câmara de Paredes de Coura faz um esforço enorme no apoio à educação e que isso é essencial e fundamental para potenciar o desenvolvimento e o bem-estar das pessoas em Paredes de Coura. Eu não me importo de ter, frequentemente, razão antes do tempo, mas não deixo passar as vezes que referi, independentemente da minha vontade, que era importante e desejável que houvesse uma colaboração estreita com a EPRAMI, no sentido de se desenvolverem cursos adaptados às empresas, para potenciarem a capacitação das nossas pessoas. Isso está a acontecer agora e ainda bem. E reconheço que será mais um bom passo com o centro tecnológico da EPRAMI e a aproximação das condições de aprendizagem àquilo que as pessoas terão,

depois, nas empresas. Um outro ponto forte, é o apoio à cultura. E eu não consigo dissociar o apoio à cultura do apoio à educação, porque são as bases e os pilares essenciais da nossa sociedade. E depois um outro ponto muito forte, já do outro executivo, e que foi sempre defendido pelo PSD desde que me lembro de estar aqui, há mais de trinta anos e que agora, também ponto forte do atual executivo, que é a captação de investimento para Paredes de Coura. São esses os três pilares fundamentais e os três pontos fortes. Onde é que as coisas podem ser melhores: no apoio aos empresários, no apoio ao associativismo, no apoio às famílias sobre as diversas formas que muitas vezes tenho apresentado aqui. E pego só para esse efeito, naquilo que foi a apresentação do sr. Presidente da Câmara quando o Presidente da Câmara se queixa que as despesas correntes aumentaram 24% essencialmente devido à inflação. Eu sou social democrata às vezes a fugir para o liberal, mas sou social democrata e como na social democracia há a teoria de que o Estado deve intervir mais, nos momentos de crises e menos, nos tempos de crescimento. É esse o pilar fundamental daquilo que é a social democracia, por um lado e aquilo que tecnicamente é mais keynesianismo. E isto leva aonde, é que o sr. Presidente queixa-se, mas as coisas aumentaram 24% por causa da inflação, mas depois só aumentou 9% para as associações, para as instituições de solidariedade social ou as humanitárias, desportivas e a população em geral, 9%, pode ser umas mais, outras menos, porque estamos aqui a falar na globalidade, o que quer dizer que, do ponto de vista real, estas associações tiveram menos dinheiro que no ano anterior. Que é que o senhor espera de mim? Mas não é só palavra de economista é que o sr. Presidente diz aqui. E, portanto, eu digo que era possível, desejável e tenho a forte convicção que vai ser infelizmente necessário e intensamente necessário este e nos próximos anos que a Câmara Municipal, em vez do pilar fundamental, ser aquilo que é, a redução do endividamento. É porventura atenuar essa vontade que é positiva, mas atenuar com mais apoio às famílias e às associações que muito trabalham para o concelho. ----------

Depois sobre a questão do endividamento, às vezes, e sei que não é verdade, tenho a impressão de que o anterior executivo era do outro partido. Porque a sucessiva performance do sr. Presidente da Câmara e o sucessivo discurso do Presidente da Câmara sobre a necessidade do município ter a dívida controlada e a menor dívida possível e que, só não tendo dívida é que pode escolher o seu caminho, dá a entender que o anterior não era assim que teve investimentos absolutamente desnecessárias, mas também muito endividamento que foi positivo e que também nós votámos favoravelmente. ----------

O PSD nunca votará contra o aumento do endividamento da Câmara para fazer a estrada de ligação da Zona Industrial de Formariz à Zona Industrial Castanheira; o PSD não votará contra, se for necessário, em vez desta história que eu duvido muito que resulte, dos preços controlados, que a Câmara avance com com investimento para fazer habitação, para arrendar a preços competitivos e mais baixos para as famílias carenciadas. O PSD não votará contra o endividamento, se for necessário atribuir subsídios de renda, para garantir às famílias cujo acréscimo da taxa de juro, tenham necessidade de algum apoio em que a Câmara tenha de se endividar para isso. O PSD não votará contra para continuar a dar melhores condições, caso necessário, a novos investimentos das escolas de Paredes de Coura. Não há que ter medo do endividamento. Há que ter medo das obras mal feitas e dos investimentos mal pensados. E desses eu posso dizer que votei contra. E desses eu que estava lá na altura

considero que foi um erro. Agora o PSD nunca votou contra o endividamento do qual resultou o Centro Cultural. O PSD nunca votou contra o orçamento para a cultura. O PSD nunca votou contra o orçamento para a educação. Nunca votou contra o orçamento para o saneamento. E não vi aqui ainda, uma situação que é vergonhosa para todos nós, sobre as redes de saneamento feitas, há não sei quanto anos, que ainda não estão ligadas. É indesculpável. Como é que se pode passar nas freguesias que tenham saneamento feito, nesta altura que tudo é de ponta, é a bandeira do ambiente e nós estamos há muitos anos sem ligar o saneamento. Não me diga, sr. porta voz do PS que não sabe onde é que há saneamento feito sem estar ligado. Está ligado em Rubiães? em Cossourado? há quantos anos? Acha que há alguma justificação para não estar ligado? ----------

O PSD vai favoravelmente a prestação de contas, como votou o seu vereador em reunião da Câmara e recomendar que a Câmara Municipal aceite os pontos de melhoria porque, mesmo vindos do Partido Social Democrata e do CDS, não deixam de ser pontos de melhoria e podem permitir a melhoria das condições de vida dos courenses. ----------

Manuel Monteiro, PS: revemo-nos completamente na exposição e nas fundamentações que o sr. Presidente nos trouxe relativamente à Prestação de Contas e, agora, daria mais duas notas sobre a intervenção do PSD nesta matéria. De facto, só lhe fica bem reconhecer os pontos fortes deste executivo relativamente àquilo que enunciou, porque de facto, não há outra forma de o ver. Relativamente àquilo que diz, que são os pontos negativos e que fala de apoios aos empresários e às famílias, pontos de melhoria, chamemos lhe assim eufemisticamente, já que não encontro outro argumento, vou usar a sua terminologia. Pontos de melhoria, quer dizer, quando se fala da captação de investimento e se diz que podem melhorar, a mim pareceu-me que era mais pontos negativos, mas pronto, foi a minha argumentação, foi mais nesse sentido. ----------

Apoios necessários aos empresários, que quer dizer isto? Com a captação de investimento, com a instalação de empresas que foi feita, a gente fica assim um bocado sem jeito. É para financiar mais o quê? ----------

Relativamente às famílias também aquilo que está plasmado nos documentos da prestação de contas é claro e inequívoco. ----------

Relativamente àquele exercício de economista que aqui fez, de facto, concluir que as associações receberam menos do que aquilo que era necessário ou possível é um exercício audaz. Porque 9% de aumento das dotações que foram atribuídas relativamente ao ano anterior sempre são 9%, isto é – significativo. ----------

O que se diz no parágrafo anterior é que o aumento de 24% das despesas correntes foi relativamente à prestação de bens e serviços à Câmara Municipal. Portanto, não se pode concluir imediatamente aquilo que aqui concluiu. As conclusões são suas de facto. De qualquer maneira, relativamente ao endividamento, estamos completamente de acordo, mas eu quero relembrar-lhe uma coisa! Toda a cultura política de uma época, que era transversal aos nossos dois partidos. Transversalíssima. Felizmente e eu subscrevi-o, tivemos um PAEL que de facto foi num Governo do PSD, mas já estava a germinar no outro, no outro momento. Era inevitável que tivéssemos esse processo de saneamento das contas autárquicas, sob pena das autarquias entrarem num poço sem fundo. E de facto, as regras de exigência que são postas aos executivos municipais e, que eu sempre

subscrevi, embora tenha participado em eleições que se calhar com as atuais regras teria que ter outra postura. É aquilo que é o plano financeiro de investimentos e que é central para um exercício de boas contas e o sr membro do PSD, como economista, sabe isto! Porque se não fosse esse processo, teríamos tido muitas circunstâncias e muitas outras situações eventualmente gravosas. Mas reconheça-se a este executivo, essa capacidade, que eu acho que independentemente, porque também tem a ver com a postura das pessoas perante aquilo que entendem como necessidade de desenvolvimento no concelho, não é? Tem a ver com essa perspetiva e é nessa perspetiva que se apresentou ao eleitorado. E como eu dizia aqui, no 25 de Abril, cada geração é um povo novo e cada geração de autarcas é uma geração de autarcas novos. Eu espero sinceramente que a próxima geração de autarcas seja melhor que a minha e melhor que a atual. ----------

Mas uma coisa que eu acho e que nós achamos no PS e ficamos um bocado sensibilizados para essa ideia, é que o senhor, volta e meia, vem aqui insinuar de que o Presidente do atual executivo, é um presidente do PSD. E disso é que nós nem sempre estamos convencidos, aliás, nunca estamos convencidos, mas não conseguimos é perceber os seus argumentos relativamente a esse assunto. Porque sempre nos vem dizer que isto era feito e agora até traz uma coisa engraçada que é dizer que a anterior maioria não é do mesmo partido da atual maioria do executivo. Ora bem, nunca em eleição alguma a não ser nas autarquias, se diz que o presidente é uma figura central da votação. Até aqueles que são um bocado anti partidos, dizem: não, eu voto na cara, voto no homem, voto na senhora, não voto no partido. Aliás, até o sr. Dr. José Augusto dizia, quando éramos colegas de vereação, que este concelho era um concelho PSD, aliás, nas legislativas votavam PSD e depois para a câmara, votavam PS. Não é? E agora, já nem isso acontece. Porque será? ----------

José Augusto Sousa PPD/PSD-CDS/PP: Aquilo que foi dito sobre o anterior executivo não tem nada a ver com aquilo que o senhor disse e que foi dito por mim. A minha referência ao anterior executivo associa-se ao discurso frontal do atual sr. Presidente da Câmara, quanto à questão da redução do endividamento e que só um município sem o encargo de uma dívida grande é que é livre para determinar o seu destino. Não sei se são exatamente estas palavras, mas é este o conceito. E refere sucessivamente que a eficiente gestão que fez nos anos anteriores lhe permite agora, estar no ponto em que está. Nós podemos ter muitas interpretações, incluindo aquela que eu fiz e, portanto, como o senhor disse agora e bem, foram outros tempos, votou noutros tempos. E foi feito um trabalho de recuperação da situação do município, porque o município estava mal, porque errou nos investimentos. ----------

Presidente da Câmara: Só queria que as pessoas não ficassem eternamente a avaliar a minha gestão, mas que se preocupassem mais com aquilo que poderão fazer de melhor pelo concelho de Paredes de Coura. Acho indelicado estar a avaliar pessoas ou fazer apreciações políticas das pessoas que já foram sujeitas a escrutínio e à avaliação. ----------

Como sabem, o orçamento da Câmara não é dos elementos que compõem a Câmara Municipal, mas dos contribuintes. E todos sabem que as pessoas fazem pressão sobre o orçamento, porque quando digo que a

situação financeira é melhor, todos os srs. presidentes das juntas poderiam reclamar mais, ou as instituições ou quaisquer que sejam, e não é porque os srs. presidentes das juntas estejam confortáveis. Realmente temos bons presidentes de junta que vão chamando a atenção para a rede viária municipal, mas que compreendem que nos últimos anos fizemos um esforço com os parques empresariais e com a ligação a Parede de Coura, determinantes para o concelho, mas que, na altura certa, também faremos os investimentos necessários às freguesias. ----------

O dr. José Augusto tem razão quando diz que eu estou sempre a falar nisto, mas não é em relação às gestões anteriores, o que até seria indelicado. Além do mais, eu tenho a minha quota parte, estou na Câmara Municipal desde 2005. E há decisões melhores e há decisões piores. Agora também acredito que não o fez com essa intenção, mas acho que é uma indelicadeza tentar criar divisões entre nós, ou que eu, de certo modo, ao estar sempre a frisar as contas rigorosas poderei ter um outro pensamento. Não é nisso, até porque eu devo muito a essa pessoa e só estou aqui graças a ela.----------

Submetidos à votação os documentos da Prestação de Contas da Câmara Municipal relativa ao ano de 2022, submetidas à votação foram aprovados por unanimidade, com declaração de voto do grupo municipal do PPD-PSD/CDS-PP. ----------

"PSD vota favoravelmente, mas mais uma vez recomenda à Câmara Municipal que tenha em atenção as reservas apresentadas e as necessidades da alteração decorrentes do parecer do sr. Revisor Oficial de Contas". ----------

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. ----------

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Ponto nº 04 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração modificativa aos documentos previsionais de 2021/2025 da Câmara Municipal:----------

Presidente da Câmara: O objetivo principal desta alteração é a integração de novos projetos, de novos investimentos e de novas candidaturas do PRR nas Grandes Opções do Plano. Tem a ver também com o saneamento, com a recolha de resíduos sólidos, com uma candidatura através do POCTEP (promove projetos de cooperação transfronteiriça com o apoio da União Europeia) e de um Fundo Europeu ambiental para, de certo modo, recuperar as margens do Rio Coura que estão a sofrer uma grande erosão e recuperar algumas galerias ripícolas e fazer uma outra obra que possa melhorar o uso do Taboão pelos Courense. Tem a ver, também, com o contrato programa que fizemos com a GNR, cujo quartel está a precisar de obras. Ainda estamos em fase de decisão mas, em princípio, será através de contrato administrativo em que a Câmara executa e fiscaliza as obras e o dinheiro é transferido para o município. Também entendo que depois de todas as reabilitações de edifícios que fizemos, seria bom dar outra dignidade ao quartel da GNR. ----------

Como sabem, também tínhamos de integrar a despesa das obras que vamos fazer no Centro de Saúde, que inicialmente eram para ser obras menores à volta de 190 mil euros, mas agora vamos apresentar uma candidatura. Não é nem uma virtude, nem uma vantagem de Paredes de Coura, porque está a acontecer esta

situação em todos os municípios que compõem a CIM. Há edifícios com obras maiores, mas esta obra poderá andar à volta dos 600 mil euros. ----------

Naturalmente que estas obras, como não estavam previstas, têm de ser integradas no orçamento. E, obviamente, com isso estamos a dar uma dignidade maior a estes edifícios e ao dar uma dignidade maior, estamos também a criar melhores condições de conforto e, assim, a prestar melhores serviços à população.-----

José Augusto Sousa PPD/PSD-CDS/PP: O PSD vai votar favoravelmente as propostas apresentadas. E vai votar favoravelmente, não que na maioria delas não sejam obrigação do Governo, dado que são serviços do Governo, mas inserem-se naquilo de que falei há pouco, a questão da dignidade do trabalho e a questão da dignidade do espaço onde são prestados serviços aos courenses. Não podemos estar sempre à espera do governo central, mas espero que a componente do município seja compensada de alguma forma para, pelo menos, atenuar o esforço do município, sendo que, estamos a fazer obras para os courenses que devem ser feitas, embora sejam benfeitorias na propriedade de outrem. Mas vamos votar favoravelmente.----------

A proposta de alteração modificativa aos documentos previsionais de 2021/2025 da Câmara Municipal, depois de submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade. ----------

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. ----------

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMROMISSOS PLURIANUAIS

Ponto nº 05 - Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor. ----------

Presidente da Câmara: Como sabem, um ponto está ligado ao outro, ou seja, a alteração modificativa aos documentos anteriores leva a que tenhamos de assumir compromissos plurianuais. E como vocês sabem, todos os compromissos plurianuais carecem da aprovação desta Assembleia. ----------

A proposta de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, depois de submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade. ----------

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. ----------

SUBSIDIAÇÃO DAS TARIFAS DE ÁGUAS – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO

Ponto nº 06 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento para a subsidiação de Tarifas de Água e Saneamento de Águas Residuais do concelho de Paredes de Coura: ---

Presidente da Câmara: o primeiro apoio tinha uma duração de 24 meses, com possibilidade de renovação, e tinha como objetivo apoiar as famílias, os comerciantes e os pequenos empresários, no contexto da pandemia. A pandemia acabou e quando pensávamos que poderíamos aliviar os encargos da subsidiação, temos agora um contexto, também difícil, de inflação, em que muitas famílias têm até dificuldades para comprar alimentos. Neste sentido, propomos o alargamento deste apoio por mais 12 meses. Trata-se de uma redução de um euro e meio na tarifa fixa de água e de dois euros e sessenta e três cêntimos na tarifa fixa do saneamento. Durante mais

estes 12 meses vamos ver como evolui a situação financeira do país e, nessa altura, estaremos preparados para tomar uma nova decisão. Agora, para continuar a apoiar, precisamos da aprovação da Assembleia Municipal. E é nesse sentido que gostaríamos muito de contar com a vossa aprovação, até porque se trata de ajudar as famílias, num contexto difícil. ----------

José Augusto Sousa PPD/PSD-CDS/PP: O PSD vai votar favoravelmente, outra vez. Mas isso não basta. Foi a medida que tomamos há dois anos, uma medida paliativa para atenuar o erro de termos aderido à ADAM. Esta medida é continuação da mesma forma. ----------

Esta adesão foi um erro e todos pressupostos que antevimos estão se a confirmar. Portanto, é erro atrás de erro. Troca a administração e os erros continuam. E, agora, até dá lucro com o aumento das tarifas e não se quer que dê lucro. ----------

Todas as câmaras aderiram a este tipo de medidas paliativas, porque sabem naquilo onde se meteram. Quem está a sofrer, são os courenses e ainda não convenci a maioria a deixar-se só de cuidados paliativos e resolver o mal de ter entrado na ADAM. ----------

O PSD vota favoravelmente. ----------

Celina Sousa - PCP/PEV: A minha intervenção vai no sentido da do José Augusto. Voltamos aqui a votar a subsidiação das tarifas da água e saneamento e nós também votaremos favoravelmente, porque no momento em que o custo de vida tem aumentado tanto e as taxas de juro têm subido tanto, deixando muitas famílias em dificuldades, faz sentido apoiar as famílias courenses. O que não faz sentido é estar a subsidiar um serviço que deve ser público universal, financeiramente acessível e que está a ser prestado por uma empresa que em 2022 teve lucros na ordem dos dois milhões de euros.----------

Presidente da Câmara: Eu acho e estou a dar a minha opinião, é que o PSD e o partido os Verdes devem continuar com este discurso porque ganham muitos votos. Mas quem governa não é para ser miss simpatia. Vocês não estão a ver as notícias do que acontece no mundo e, por exemplo, no sul do país, onde este ano vão andar camiões cisterna a distribuir água. É muito simples dizer que se quer um serviço gratuito e universal quando temos os custos de exploração. ----------

E o dr. José Augusto, que é economista, sabe muito bem o discurso que se pode ter. No fim, o discurso que faz aqui, porque ganha votos e a função da política em determinadas circunstâncias também é ganhar votos, mas até certo ponto, porque quando tivermos as vilas do Alentejo sem água e serem abastecidas com camiões cisternas, enquanto tivermos concelhos em Trás-os-Montes na mesma situação, porque não quiseram investir e ainda os municípios, que por oportunismo político, quer do PS, quer do PSD, não quiseram aderir e têm taxas de saneamento, que são uma vergonha e têm as redes todas podres. ----------

Pode-se dizer que o senhor José Augusto, na questão da água está a fazer o papel de um marxista, e eu a ser um social democrata, quase de direita, porque de facto, às vezes é preciso ser de direita. ----------

Para nós era muito mais simpático não aderir, seriamos considerados heróis, mas se calhar, a situação de Rubiães ainda não estava resolvida, a segunda ETAR que temos de fazer na zona industrial também não e que neste momento já tem financiamento e os depósitos de Formariz, que também vão ser necessários para a zona industrial para alimentar as fábricas, vão ser obra da ADAM. Podíamos continuar cá muito inteligentes e simpáticos a cobrar tarifas medievais de água porque isso é que é ser amigo das pessoas. ----------

Quem governa sem orçamento empurra as coisas para a frente. Se vão dar prioridade às agregações, como é que as câmaras sozinhas vão buscar dinheiro? Não vão. Depois as pessoas vão queixar-se que não podem construir, porque a construção está cada vez mais associada à existência de infraestruturas. Até tenho um terreno que tinha capacidade construtiva, mas não tem saneamento. Ou a Câmara assume o compromisso de fazer o saneamento ou fica sem capacidade para construir. Ou seja, houve medidas que foram difíceis, que pagamos do ponto de vista político, mas nós não devemos estar cá para ser a miss simpatia. Também não devo desejar que o dr. José Augusto partilhe das minhas ideias, porque ele sabe com esse discurso vai buscar mais uns votos, mas eu não reduzo a política a ir buscar mais uns votos. E, até para terminar, digo-lhe que a sua opinião é aceitável. Agora eu acho e tenho de lhe dizer isto com todo o carinho do mundo, é completamente demagógica.

José Augusto Sousa PPD/PSD-CDS/PP: Eu não defendi a gratuitidade da água, defendo, defendi e defenderei que o serviço público deve ser cobrado tendo em conta os custos de exploração e as necessidades de reinvestimento. Outra coisa diferente é garantir tarifas sociais para que, independentemente dos recursos das famílias, mantenham o serviço básico a que têm direito. Isso sim é ser, uma vez mais, social democrata. Nunca defendi a ADAM e caso defendesse seria a privatização de todo o processo o que é completamente diferente de criar mais uns quantos postos de trabalho para alguns políticos incompetentes, que até o próprio partido os substituiu, pela incompetência, e ainda criar uma estrutura que na prática piorou o serviço que tínhamos antes. E, portanto, não haja confusões, eu sou social democrata, defendo a primazia da iniciativa privada, mas também defendo o serviço público e não há nenhuma contradição de que o serviço público seja bem prestado por entidades privadas. E volto a dizer, não defendo a ADAM, não defendo a estatização das coisas, não defendo a universalidade, ao contrário daquilo que o senhor faz com o apoio que estamos aqui a votar, que, independentemente da condição social, vai dar o mesmo a todos quando este devia ser gradual e em função do rendimento e da capacidade financeira das pessoas. ----------

Mas nós vamos votar a favor.----------

Presidente da Câmara: Às vezes sou confuso, mas a sua intervenção foi muito mais confusa. Diz que são incompetentes, mas depois outros acusam a companhia de gerar muito dinheiro. Nunca vi administradores incompetentes a gerar muito dinheiro. Depois diz que se o município não tem capacidade financeira, vendia ou concessionava. Há aqui duas coisas que diz que é: por um lado, falava sempre da privatização da água, hoje o discurso é de que não há privatização da água, há uma concessão, apesar de dizer que é uma concessão pública como se os incompetentes só estivessem no público, que no privado, são todos ótimos e, então, Paredes de

Coura devia fazer assim: se não tem dinheiro ou vendia a privados e colocávamos todos os courenses nas mãos dos privados ou então concessionava, mas concessionava também a privados ou privatizava ou vendia. Para já, há aqui muita confusão, a água não se pode vender, a água pode ser concessionada à exploração durante determinado tempo, porque a água é um bem público que jamais pode ser vendido. Depois a Câmara de Coura aumentava as tarifas, mas não tinha financiamento para fazer os investimentos, porque no último quadro comunitário relevaram algumas situações, mas não o vão fazer no próximo que é o POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), o quadro que financia a água e todos os projetos ambientais, e quem não estiver agregado não tem acesso aos fundos comunitários, ou seja, as câmaras isoladas só têm acesso aos fundos depois das concessões públicas acederem. Ou seja, aumentávamos a tarifa, mas não teríamos capacidade de investimento, porque o valor das tarifas não era suficiente para os grandes investimentos. Até admito alguma da vossa preocupação, mas quando se vê o estado da rede, quando se veem os investimentos a fazer, há sempre uma decisão entre o ideal e o que melhor defende os interesses de um sistema que tem de estar cuidado e que tem de ter investimento, sob pena de, no futuro, as pessoas estarem a beber água com qualidade e alguma dela quase perigosa para a saúde humana, abastecida por cisternas ou condutas em mau estado de conservação e com o saneamento para o rio. ----------

Eu também gostava de continuar com a situação anterior, mas sabemos que foi uma decisão difícil e necessária e que se pagou politicamente por ela. Mas, é o que continuo a dizer, não estamos aqui numa lógica de mercado eleitoral, estamos aqui para tomar decisões difíceis. ----------

Celina Sousa - PCP/PEV: Sr. Presidente, em momento algum nós dissemos que a distribuição de água devia ser um serviço gratuito. Eu acho que que falei em financeiramente acessível, que, não é o caso. Atualmente há muitas famílias a lutar mensalmente para pagar contas muito básicas. E também tenho a dizer que, tendo em conta as alterações climáticas que estão a acontecer no nosso planeta, pode ter a melhor rede de distribuição de água e de recolha de saneamento, se o concelho entrar em seca extrema, como está a acontecer em alguns concelhos, essa rede não lhe vai servir de muito. Fará alguma diferença, mas possivelmente há concelhos com uma boa rede que vão precisar de uma cisterna, porque há situações muito, muito graves. Nós estamos no Norte, se calhar estamos melhor localizados. E não quer dizer que muitos concelhos no Sul não tenham feito esse investimento, a questão é que, se calhar, não estão na mesma posição que nós. Isso para mim não é desculpa. ----------

A proposta de alteração ao Regulamento para a subsidiação de Tarifas de Água e Saneamento de Águas Residuais do concelho de Paredes de Coura, depois de submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade. No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. ----------

ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO - 2023

Ponto nº 07 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da versão atualizada da Estratégia Local de Habitação do concelho de Paredes de Coura (ELHPC). ----------

O Presidente da Câmara passou a palavra ao Vereador Vítor Silva, por ter acompanhado este processo mais de perto. ----------

Vereador Vítor Silva: A Estratégia Local de Habitação (ELH) vigente neste momento em Paredes de Coura, foi iniciada e concluída em 2019. Nessa altura, previam-se, apenas, dois mecanismos de apoio às carências financeiras no concelho, um deles implicava o apoio a beneficiários diretos, isto é, a pessoas com casa própria em estado degradado poderiam autonomamente, como particulares, aceder a apoios por parte do IHRU para fazerem a remodelação dessas habitações e, por parte do município, aquilo que estava previsto, como intervenção mais direta era a construção de 8 fogos espalhados pelo concelho, para resolver situações de carência extrema, de situações já quase marginais, era importante termos esse conjunto de fogos disponíveis para acorrer a essas necessidades. ----------

Entretanto, o PRR tomou, de alguma forma, conta destas políticas nacionais de habitação e abriram-se aqui novas oportunidades de financiamento e de apoio que acho que nós também, como concelho, deveríamos aproveitar. E no caso específico, o que também aconteceu, mais recentemente, é que muitas pessoas e agregados familiares manifestaram também a sua própria necessidade de habitação, não sendo eles proprietários e estando, de alguma forma, entregues ao mercado privado, o que, como nós sabemos, é por vezes complicado. Esse conjunto de pessoas que neste momento já conseguimos registar, entre 80 e 90 casos cumprem os requisitos que o programa "Primeiro Direito" determina como condição para o acesso a uma série de apoios a residentes e que têm a ver com a carência financeira e carência de habitação própria. Portanto, aquilo que se está a fazer, nesta alteração à ELH, é incorporar exatamente estas 80/90 pessoas que estão identificadas e que são elegíveis a esses apoios. E se nós conseguirmos fazer esta alteração e integrá-las na Estratégia Local de Habitação, poderemos construir os tais 50/55 fogos na Nogueira para arrendamento acessível, com o apoio do IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), para financiamento desses fogos.

Temos de ter a Estratégia Local de Habitação atualizada, com as necessidades identificadas e aprovada também em Assembleia. ----------

Portanto, o documento que está disponível é talvez um bocado extenso, mas basicamente há 80 famílias que, neste momento, precisam de casa para arrendar e que estão identificadas como elegíveis para este tipo de financiamento. Isso significa que o IRHU irá, em grande parte, financiar a construção daquele empreendimento de 50/55 fogos, que nos irá permitir o arrendamento a pessoas com essas necessidades. ----------

A proposta da Câmara Municipal da versão atualizada da Estratégia Local de Habitação do concelho de Paredes de Coura (ELHPC), depois de submetida à votação, foi aprovada, por maioria com 02 abstenções do PSD. ----------

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. ----------

INTERESSE MUNICIPAL – EMPREENDIMENTO TURÍSTICO – HOTEL RURAL EM AGUALONGA

Ponto nº 08: Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse municipal, referente à instalação de empreendimento turístico – Hotel Rural – em Agualonga. -------

Presidente da Câmara: Em reunião da em Câmara Municipal já votámos favoravelmente. De facto, no turismo ainda temos muito que fazer. Este hotel rural pode ser muito importante para a parte de baixo do concelho, para a zona de São Roque, em Rubiães. Pode também trazer uma nova atração, novos turistas, novos negócios. É um hotel com 76 camas, com 35 unidades de alojamento. É um investimento à volta de cinco a seis milhões de euros, está prevista a criação de 20 postos de trabalho e naturalmente que o reconhecimento de interesse municipal acaba por ser uma condição importante e imprescindível para que o projeto se concretize porque, numa eventual candidatura, o reconhecimento de interesse municipal é fundamental para que o projeto se concretize. Todos nós apoiamos na reunião de Câmara Municipal e contamos também com a vossa aprovação, porque de facto é mais um equipamento que pode ser importante para a estratégia de turismo de Paredes de Coura. ----------

José Augusto Sousa PPD/PSD-CDS/PP: O PSD sempre votou favoravelmente estes pedidos de interesse municipal. ----------

A proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse municipal referente à instalação de empreendimento turístico – Hotel Rural – em Agualonga, depois de submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade. ----------

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. ----------

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAUS ASSUMIDOS

Ponto nº 09 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31-03-2023, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 21-12-2022, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. ----------

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.----------

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Ponto nº10 - Intervenção do público. ----------

Não houve intervenções. ----------

ENCERRAMENTO

-------- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias.----------